



Familiarmente

NIPC 513473874

Direção

1/4

9ª COMISSÃO DE SAÚDE – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

AUDIÊNCIA – 8 DE JUNHO 2016 – (10,30 H às 11,30 H)

ALOCUÇÃO

Saudamos,

Exm. Sr. Presidente da Comissão de Saúde da XIII Legislatura, Sr. Dr. José de Matos Rosa

Exm.s Sr.s Vice Presidentes:

Srª Drª Maria Antónia de Almeida Santos

e Sr. Dr. Moisés Ferreira

Exm.s Sr.s Coordenadores de Grupos de Trabalho:

Srª Drª Ângela Guerra

Srª Drª Luísa Salgueiro

Srª Drª Isabel Calriça Neto

Srª Drª Carla Cruz

Exm.s Srs. e Exm^{as} Sr^{as}, Membros da Comissão de Saúde Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas e, público presente.

Em nome e representação da *Familiarmente*, Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas Com Experiência de Doença Mental, muito agradecemos a V.s. Ex.s a oportunidade de expor nesta Comissão de Saúde, as preocupações, enquanto cuidadores informais de pessoas com experiência de doença mental e apresentar propostas que, na nossa modesta opinião, é preciso implementar com urgência, para suprir necessidades na área da Saúde Mental.

São vários os Relatórios e Estudos, de nível internacional e nacional, da responsabilidade de várias organizações, que demonstram uma prevalência dos problemas do foro psiquiátrico e que são a principal causa de incapacidade e de morbilidade.

Sede: Rua Prof. Luis Cunha Gonçalves, 3, 1º Drt. 1600-826 Lisboa; E-mail: familiarmente.geral@outlook.pt



Em Portugal, a prevalência das doenças mentais é cada vez mais preocupante, sendo um dos países europeus, com maior percentagem de população afetada pela doença.

Como exemplo, refere-se que só no caso das Depressões, a taxa internacional situa-se nos 4%, em Portugal, atinge os 7%.

As necessidades, exigem respostas atempadas e criativas dos serviços de saúde e em articulação intersectorial, com o envolvimento de varias estruturas públicas e de instâncias da comunidade, no âmbito de uma política nacional clara, dinâmica e adaptada às especificidades da doença mental, garantindo o apoio e acompanhamento de utentes e famílias.

Os Utes, sofrem com a doença e vivem com ela por anos a fio, sem respostas adequadas à situação (incapacidade psicossocial, falta de recursos financeiros, etc.) e sujeitos à exclusão social.

As famílias, sofrem pela situação do seu familiar e enfrentam problemas e dilemas, quer ao nível emocional, psicológico e financeiro, com a sobrecarga da doença e perda do trabalho.

O doente, face à evolução da doença, sintomas e crises, é excluído da sociedade, abandona estudos, perde o trabalho, fica sem meios de subsistência e isola-se; Retorna a casa dos pais, quando ainda tem suporte familiar; Nos casos em que não tem, fica na rua.

O membro da família que cuida e acompanha o doente (pai ou mãe) face às exigências ditadas pela doença, sofre grande pressão emocional e muitas vezes, perde o trabalho, deixa de contribuir para o orçamento familiar; Tratando-se da família monoparental, fica sem meios de subsistência.

Numa situação de doença mental, todo o agregado familiar se recente e é forçado a mudar rotinas e reorganizar-se, em função das necessidades do familiar doente.

O Estigma, em pleno século XXI, continua associado à doença mental e é responsável pela exclusão social das pessoas com experiência de doença mental e suas famílias.

Urge a plena implementação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde, criada em 2006 e a implementação de um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental, criadas em 2011 e que ainda não foram implementadas.



Face às recentes declarações do Sr. Coordenador Nacional para a Reforma do SNS na área dos Cuidados Continuados, a propósito da comemoração dos 10 anos de criação da RNCCIS (06/06/2006), temos esperança que a implementação das experiências piloto, seja uma realidade a curto prazo.

Também o Plano de Cuidados Continuados – Ministérios da Saúde e do Trabalho e segurança Social – Desenvolvimento da Rede de Cuidados Continuados Integrado, 2016-2019, publicado recentemente, nos dá alguma esperança, pois faz referência a:

“... a ausência de resposta para as áreas da Saúde Mental e da Pediatria, bem como para outras áreas que requerem uma intervenção mais específica, como a demência”

“Por fim, uma referência para o papel fundamental que os cuidadores informais/familiares têm tido apesar de uma total ausência de enquadramento”

A Família necessita urgentemente, de apoio e acompanhamento especializados, assim como tem de ser ouvida, enquanto parceira, em matérias que respeitem a definição de medidas de política na área da saúde mental.

Assume particular importância a criação do Estatuto do Cuidador, já referido no Plano de Desenvolvimento da RCCIS e nessa matéria, a *FamiliarMente*, pode e deve, ser chamada a integrar Grupo de Trabalho que venha a ser criado.

Competindo à *FamiliarMente*, a representação das famílias, deve integrar o Conselho Nacional de Saúde Mental e espera-se pela respetiva nomeação no próximo mandato; No atual mandato, as famílias são representadas por uma Associação de Utentes.

Presentemente, a *FamiliarMente*, apenas integra a Comissão Consultiva para a Participação de Utentes e Cuidadores – CCPUC/PNSM-DGS, órgão criado em 2011, por iniciativa do Programa Nacional para a Saúde Mental, Direção Geral de Saúde, com representantes das famílias, dos utentes e da federação das entidades de reabilitação psicossocial (ipss).

Enquanto representante das famílias e membro da sociedade civil, compete à *FamiliarMente*, no âmbito dos seus objetivos, manifestar as preocupações, defender e promover a implementação de medidas que supram as necessidades de famílias e utentes, na área da Saúde Mental e Apoio Social, na defesa dos direitos dos cidadãos, consagrados na Constituição da República Portuguesa.



Familiarmente

NIPC 513473874

Direção

4/4

A Constituição, garante o princípio da universalidade e da igualdade e garante a todos os cidadãos, o direito universal à proteção na saúde e o dever de a defender e promover.

Passamos à apresentação da *Familiarmente*, enquanto estrutura federativa, de âmbito nacional e representativa das associações das famílias, seguindo-se uma apresentação com a identificação das principais dificuldades que identificamos no desenrolar da nossa atividade e conseqüente apresentação de propostas que defendemos para a Saúde Mental, sendo que ficaremos após apresentação das mesmas disponíveis para as questões que V.s Exs pretenderem colocar.

Gratos pela atenção e compreensão

A Direção